

A NOVA HISTÓRIA E AS NOVAS LINGUAGENS: POSSÍVEIS USOS DIDÁTICOS DA SÉRIE ANDOR (DISNEY, 2022) PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

THE NEW HISTORY AND THE NEW LANGUAGES: POSSIBLE DIDACTIC USES OF THE ANDOR SERIES (DISNEY, 2022) FOR TEACHING THE HISTORY OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Herik Eduardo Sousa Alves¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estabelecer a relação entre nova história, a partir da obra *A escrita da história* de Peter Burke (1992), e o ensino de história da ditadura civil-militar brasileira em sala de aula através da série *Andor* (Disney, 2022) e através dessa relação orientar docentes da disciplina de história sobre o uso de séries e filmes divulgados em *streamings* em sala de aula. Parte-se da hipótese que as novas tendências da pesquisa histórica devem acompanhar os novos métodos de ensino em sala de aula.

Palavras-chave: ditadura; nova história; andor.

Abstract: The following paper aims to establish the relationship between the New History, linking Peter Burke's *New Perspectives of Historical Writing* (1991) with the teaching of history about the civil-military dictatorship in schools by using *Andor* (Disney, 2022). Our main objective through this is to guide history teachers to use streaming movies and series in the classroom. The main hypothesis is that the new possibilities of historical research should follow the most recent teaching methods.

Keywords: dictatorship; new history; andor.

¹ Mestrando em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1568790714791856>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9184-0489>. E-mail: herik499@gmail.com

INTRODUÇÃO

A perspectiva do uso da imagem em movimento, seja ela série ou cinema, não é novo, porém, o uso de obras de ficção para o ensino de história é um debate recente. A interdisciplinaridade entre arte cinematográfica e história proporciona ao aluno a possibilidade de interseção entre o entretenimento audiovisual e as questões pertinentes à realidade, entretanto, o uso dessa ferramenta deve estar atrelado às metodologias específicas e à formação do professor que deverá estabelecer a relação entre ficção e atribuí-las a eventos que ocorreram durante o período recente da história brasileira: a ditadura civil-militar brasileira.

Neste artigo, utilizamos o conceito de ditadura civil-militar, conforme postulado por Dreiffus (2006) que considera que o golpe de 1964 e a ditadura que o seguiu foi orquestrada por militares, porém contou com o apoio e financiamento das elites econômicas brasileiras insatisfeitas com as aproximações de João Goulart com grupos de esquerda, e por parte da sociedade civil que pela coerção e consentimento deu margem para o funcionamento do Estado de Terrorismo.

O estudo sobre o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) parte da importância que a história tem para a construção da memória dos indivíduos, na qual a construção dessa memória em grande parte em sala de aula nas aulas de história. A construção do conhecimento histórico dos discentes pode ser dividida de duas formas: a) a que o aluno aprende em sala de aula, com o professor de história e o livro didático e b) a partir das narrativas construídas nas mídias digitais sobre a história. Desta forma, o conflito de narrativas sobre determinado evento história sempre será pauta em sala de aula, os temas sensíveis da história principalmente, uma vez que se tornaram objetos daqueles que usam a narrativa histórica como mercadoria.

Os “temas sensíveis” geram mais *clicks* nas plataformas virtuais, que resultam em retorno financeiro e favorecimento de algoritmo daqueles que os produzem. O uso dessas narrativas por não historiadores como “curiosidade” omite o pensamento crítico sobre esses eventos que são cruciais para construção da memória histórica dos sujeitos, como as grandes guerras e os regimes ditatoriais do século XX. É necessário também destacar que no Brasil, existem grupos que ocupam essas mídias digitais com o objetivo de confrontar as narrativas postuladas por historiadores e “reescrever a história”, um desses grupos é o Brasil Paralelo, empresa financiada por grandes empresários como Jorge Gerdau, dono da empresa siderúrgica Gerdau.

O Brasil Paralelo através de *adsenses* promove seus conteúdos com viés negacionistas principalmente nas redes sociais com mídias digitais relacionadas à documentários sobre sujeitos e eventos históricos, portanto, cabe ao docente de história entender o funcionamento dessas narrativas e a capacidade de convencimento destas junto aos seus alunos, com o objetivo de desmitificá-las em

sala de aula e promover também uso de mídias digitais como ferramentas para o ensino de história e sobre a ditadura civil-militar brasileira.

A análise da obra *Andor (2022)* é baseada principalmente nos estudos dentro da historiografia que trataram do revisionismo historiográfico², na qual em uma se suas vertentes apontam que o regime instaurado em 1964 e seus aparatos foram sustentados por setores fardados e não fardados, não eximindo a participação fundamental dos militares, porém estendendo a responsabilidade para outros blocos da sociedade brasileira, debates esses que foram fomentados a partir da implementação de Lei de Acesso à Informação de 2011³ e da Comissão Nacional da Verdade em 2012⁴. A Lei de Acesso à Informação possibilitou o resgate de documentos antes ocultados por militares e empresários que financiaram o golpe de 1964 e a ditadura que o sucedeu, através deles foi possível o contato com documentos oficiais das forças militares brasileiras, que comprovaram o excesso do aparato repressivo, a colaboração de civis e o financiamento do regime por parte do empresariado.

A participação de setores não fardados e da comunidade de informações como apoio ao Terrorismo de Estado é evidente na série *Andor (2022)* a partir de uma análise superficial de sua narrativa, permitindo que o aluno veja na prática como é o funcionamento desses setores no contexto do período ditatorial.

A aplicação dessa metodologia no ensino de história, depende também, da disponibilização das ferramentas necessárias para sua execução em sala de aula, uma vez que a utilização de equipamentos eletrônicos é imprescindível na execução das atividades, o que leva a considerar que deve haver um domínio por parte do professor de história da utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's).

Diante do acima exposto, parte-se da perspectiva que a ficção é produto do imaginário do homem, e a história como ciência estuda o homem, logo, a invenção e construção de cenários distópicos devem ser estudados e usados tanto dentro da pesquisa científica quanto em sala de aula.

A NOVA HISTÓRIA (E AS NOVAS METODOLOGIAS)

Ao se falar em Nova História, seus conceitos e aplicações dentro da pesquisa histórica, indiretamente se põe em xeque as novas metodologias de ensino de história. De acordo com Peter Burke (1992, p. 3) há uma certa dificuldade de se conceituar a Nova História, torna-se mais fácil

² Cito aqui Melo (2000); Fico (2004); Fico (2014) e Joffily (2018).

³ LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

compreender aquilo que a Nova História se contrapõe: ao tradicionalismo Rankeano⁵. Ora, se a Nova História rompe principalmente com a forma tradicional de se pesquisar história, e de a fazê-la, abrindo a possibilidade para abordagens que não sejam estritamente ligadas ao campo da política, as novas metodologias de ensino de história rompem com o tradicionalismo do ensino de história: o positivismo. Será esse elo que ligará as duas “novas”.

A história política, considerada por Leopold Von Ranke e seus seguidores, não era apenas o modo metodologicamente correto de se fazer história, era o que a definia como ciência. Estudar política estava intrínseca ao estudo do Estado, da história nacional e/ou internacional (Burke, 1992, p. 5) e ao uso dos documentos oficiais como fontes da escrita da história. Considera-se ainda importante o uso das fontes oficiais para pesquisa história — nas quais a história política baseia-se —, porém, após o movimento da escola *Annales* e da obra do historiador francês Jacques Le Goff *A História Nova* (1998), a história passou a não depender exclusivamente dessas fontes e métodos para a credibilidade da pesquisa histórica. Portanto, a *nouvelle histoire* e as concepções da Escola dos *Annales* abriram um leque de possibilidades não só no campo da pesquisa acadêmica, mas também no ensino de história, ao estabelecer que a ciência história não se resumia à história política.

Para Le Goff (1998), “a história nova ampliou o campo do documento histórico” (p. 27) a medida em que os pressupostos teóricos e metodológicos da ciência história passavam por uma ampliação do campo, novos documentos passaram a serem considerando fontes históricas. A “ampliação do campo” aqui citada, referem-se às mudanças fomentadas pela Escola dos *Annales* por Lucien Febvre e Marc Bloch a partir de 1929.

Os apontamentos acima, no qual destaca a relação entre a Escola dos *Annales* e as novas metodologias de ensino não é inédito, Katia Maria Abud em sua obra de 2003 já afirmava que:

No mesmo período em que os *Annales* iniciavam o processo de renovação da produção historiográfica, expandiam-se idéias que propunham inovações para o desenvolvimento educacional. Nos Estados Unidos, Suíça, França e Itália, educadores e estudiosos da Psicologia da Aprendizagem opunham-se às práticas pedagógicas tidas como tradicionais, visando a uma educação que pudesse integrar o indivíduo na sociedade e, ao mesmo tempo, ampliasse o acesso de todos à escola (Abud, 2003, p. 185-186).

Não coincidentemente, a obra de Abud (2003), trata sobre o uso de filmes em sala de aula como método didático para o ensino de história, que desde o começo do século XX passou por diversos debates sobre como essa ferramenta poderia ser usada, porém, a questão levantada neste trabalho envolve três aspectos ainda em debate no campo do ensino de história: a) o uso de produções

⁵ O historiador alemão Leopold Van Ranke não rejeitava a história social, mas tinha como principal foco das suas pesquisas e obras, o Estado, havendo assim a predominância da história política, o que fez com que seus seguidores continuassem com foco nessa categoria historiográfica (Burke, 1992, p. 17).

que não tratam diretamente da realidade, ou seja, que tem como ponto de partida o ambiente fictício, b) o uso de séries como ferramentas de ensino de história e c) O uso de mídias digitais publicadas exclusivamente em *streamings* em sala de aula.

A série *Andor* (Disney, 2022) se encaixa nos três aspectos acima listados, entretanto, para melhor entendimento devemos tratá-los de maneira distinta antes de tratá-los de forma coletiva.

A DISTOPIA (FICÇÃO) E O ENSINO DE HISTÓRIA

Ao se afirmar que o uso de ficção científica é um debate recente nas pesquisas sobre o ensino de história, põe-se em evidência o levantamento de produções científicas da última década sobre a temática, a categoria de ficção científica no ensino de história, ao ser pesquisada em repositórios gerais como o Google Scholar e os dados disponíveis pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) através da plataforma EduCAPES⁶, não tiveram retornos evidentes. Diante da escassa produção com essa temática, usou-se o termo distopia, mais usado nos trabalhos acadêmicos e que dão conta da proposta que é a categoria cinematográfica de ficção científica, isso não significa dizer que toda obra de ficção é uma distopia, mas que, a obra em questão neste trabalho se encaixa nas duas terminologias.

A maioria das distopias do universo cinematográfico se passam em um ambiente onde algo parecido com o que chamamos de Estado, se encontra na condição de opressor, o conceito de distopia é geralmente baseado nessa premissa de opressão e oprimidos, como alegoria dos regimes fascistas do século XX, como afirma Borges (2021) em seu trabalho sobre o uso de filmes distópicos em sala de aula para o ensino de história:

[...] Estes discorrem sobre sociedades que se reportam a contextos caóticos, em que pesam o controle social das informações e a perseguição ao que destoa da 'ordem', alçando constantemente à homogeneização para a garantia das projeções utópicas do Estado (Borges, 2021, p. 17).

As características da distopia muitas das vezes se aproximam do funcionamento de regimes ditatoriais, e isto não é coincidência, para corroborar com esta ponderação, trago o exemplo da franquia *Star Wars*, já que a série *Andor* (Disney, 2022) é um *spin-off* da franquia.

Na produção cinematográfica de George Lucas há o *Império*, que toma o poder de forma idêntica a um golpe de Estado e os governa de forma opressora, o próprio autor afirmou que sua inspiração para a produção foi a Guerra do Vietnã e a opressão dos Estados Unidos contra o recente

⁶ A plataforma conta com um sistema de busca de periódicos acadêmicos e produtos educacionais produzidos no Brasil. <https://educapes.capes.gov.br/> Acesso em: 02/07/2023.

país da Ásia. Por outro lado, autores afirmavam que a primeira trilogia era uma alegoria ao nazismo e ao fascismo, como Maciel (2020); Vírseda e Patricia (2020), devido a sua estética autoritária.

A segunda questão apontada no texto, que ainda está em debate, ou seja, ainda em construção dentro da pesquisa científica, é o uso de séries na modalidade de reprodução por *streamings*. Há diversos trabalhos que tratam do uso de séries televisivas e seus usos no ensino de história, no entanto, a dinâmica de reprodução e distribuição é diferente, cabendo a primeira uma discussão mais complexa, sendo assim, usaremos aqui os levantamentos teóricos e metodológicos do uso de filmes em sala de aula e no ensino de história como norte para o uso da série *Andor* (Disney, 2022).

Ressalta-se que a lógica do *streaming* é guiada por algoritmos que fazem com que as produções se “adequem” as preferências do usuário, como expõe Souza (2021):

Nesse mundo, crianças, jovens, adultos e idosos ocupam várias horas de seu dia conectados à internet, via smartphones, smart TVs e computadores, consumindo muitas dessas imagens de forma mais ou menos aleatória, conduzidos por algoritmos que vão criando nichos de gostos e vontades não só no consumo de produtos culturais, mas também na formação dos valores políticos e dos referenciais de mundo desses sujeitos. A História é, na atualidade, conteúdo presente e relevante nesse universo cultural, e lidar com isso nas salas de aula é um desafio de proporções ainda pouco delineadas (Souza, 2021, p. 308).

Questão diferente aquela aplicada ao cinema por exemplo, no qual o telespectador assistia o trailer⁷ e definia seu interesse ou não pelo produto. No que se refere as camadas de classe baixa, tendo em vista que o acesso ao cinema sempre foi culturalmente elitizado, não se davam ao luxo de escolher aquilo que iriam consumir, ficavam à mercê principalmente da programação aberta das emissoras de televisão.

Posteriormente, ao longo da primeira década dos anos 2000, não só o acesso as produções cinematográficas foram mais “democratizadas” para aqueles que as consumiam, mas também, as empresas de *streamings* abriram a possibilidade de outras produções não *hollywoodianas* fossem disseminadas no mercado, como afirma Souza (2021):

O monopólio do cinema e da televisão na difusão de conteúdos audiovisuais agora compete com a profusão de imagens produzidas por pequenos grupos ou mesmo por indivíduos, que utilizam plataformas digitais para entrar nesse mercado e ajudam a construir o incomensurável acervo de memórias imagéticas do mundo contemporâneo (Souza, 2021, p. 308).

Esta breve ponderação sobre a distribuição das produções cinematográficas serve para responder uma das possíveis questões a serem levantadas sobre o uso da série *Andor* que é distribuída pela plataforma de *streaming Disney Plus*: como os alunos terão acesso a série completa? A questão

⁷ Pequeno trecho do filme exibido antes do lançamento do filme que funciona como anúncio e propaganda da produção cinematográfica.

apontada será respondida no decorrer do texto, porém, adianto que, o processo de ensino não dependerá do contato do aluno com a série completa, uma vez que a aula será estabelecida a partir da exibição de trechos/cortes específicos na sala de aula, onde a contará também com a aula expositiva do professor à medida em que as cenas forem trabalhadas.

USO DA SÉRIE *ANDOR* (DISNEY, 2022) EM SALA DE AULA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O uso da referida série em sala de aula para o ensino de história irá depender de alguns recursos pedagógicos, sendo eles, projetor (*Datashow*), caixas de som e computador, tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem depende da exibição de trechos específicos da série a cada assunto abordado durante as aulas. O recorte de cenas faz-se necessário devido ao tamanho da série, na qual tem uma média de 52 minutos em cada capítulo, sendo impossível usá-la por completo em sala de aula.

O aluno na sua autonomia poderá assistir a série completa, porém, a principal intenção de levar a série para sala de aula, é que o aluno não dependa da série completa no processo de compreensão do assunto trabalhado, pois, deve-se também levar em conta os limites financeiros que são impostos por conta da assinatura do *streaming*⁸ onde a série está hospedada.

O assunto a ser abordado em sala de aula será referente ao funcionamento da repressão em meio a um governo autoritário, assim como os indivíduos que resistem contra esse governo e como se organizam com o intuito de combatê-lo. Assim como nas alegorias cinematográficas sobre regimes autoritários do século XX em havia grupos organizados, que resistiam contra opressão e tentavam restabelecer um governo democrático em busca de melhores condições de vida para os grupos subalternos, na ditadura civil-militar brasileira existiu organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, que organizadamente atuavam contra o Estado de Terrorismo a fim de que se estabelecesse um governo de garantias de direitos.

Para Denise Rollemberg (2007), as “esquerdas revolucionárias” atuavam desde antes de 1964, porém, a partir do final da década de 1960 com a instauração do Ato Institucional n.º 05 houve acentuação da repressão contra esses grupos (p. 49). O AI-5 a partir de 1969 supriu quaisquer opções “legais” de restaurar a democracia nos moldes da revolução, portanto, grande parte dessas organizações que vinham resistindo ao regime optaram pela luta armada, isto é, se organizaram em

⁸ Atualmente a assinatura da plataforma *Disney Plus* custa R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos) correspondendo a 2,60% do salário-mínimo.

formas de guerrilhas urbanas e rurais para combater a atuação dos militares e do empresariado que defendiam seus interesses.

Perante o exposto, há de ressaltar a complexidade dessas organizações e da repressão instituída para combater-las, cabendo ao docente realizar leituras sobre essas organizações uma vez que há certas omissões e apagamentos sobre esses grupos nos livros didáticos de história, para tal estudo, indico os textos *Esquerdas Revolucionárias e luta armada* (2007) da historiadora Denise Rollemberg, a obra *Combate nas Trevas* (1987) do historiador e ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Jacob Gorender e *A Revolução da VPR: A Vanguarda Popular Revolucionária* (2021) da pesquisadora Carla Luciana Silva.

Dentre vários fatores que irão ser abordados no decorrer do texto, que também estão presentes na série, será abordado a construção daqueles indivíduos civis que não estavam ligados a nenhuma organização, e passam a compor essa resistência motivados pelo excesso de opressão. Paralelamente, à medida que essas questões serão abordadas, será apresentado as similaridades com as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sendo este o principal objetivo desta metodologia de ensino.

O USO DA SÉRIE ANDOR (DISNEY, 2022) COMO REPRESENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA REPRESSIVO DO ESTADO

Sabe-se que ambientação do contexto da série se passa em uma distopia, já citada acima, ou seja, o cenário é um ambiente em que um governo autoritário está no poder, e a forma que esse governo chegou ao poder foi através de algo semelhante a um golpe de estado. A relação entre a forma com que o Império Galático ascendeu ao poder e destituiu a República do poder merece sua atenção também como forma de representação e comparação com o real, mas não será o foco deste trabalho, tendo em vista que o cenário onde se passa a série o Império já está com seu poder consolidado e também da complexidade dos “eventos”.

O funcionamento do sistema repressivo do Estado está presente em todos os eventos da série, o protagonista, Cassian Andor, é um “civil” que não demonstra por muito tempo interesse a causa rebelde — isto é, aqueles que se organizam em pró da restituição do governo democrático — até que por envolvimento em um assalto a uma base Imperial, movido por interesses próprios, passa a ser associado à causa rebelde, mesmo que em suas autorreflexões, não veja sentido na causa.

Os breves eventos acima citados dão conta de duas formas de representação de funcionamento do Estado opressor, a primeira diz respeito a participação de sujeitos que eram considerados subversivos durante a ditadura civil-militar brasileira em assaltos e outros tipos de

expropriações, mas que não estavam ligados diretamente a nenhuma organização, estavam ali por benefício próprio.

A segunda representa como algumas dessas organizações mantinham-se financeiramente, através de expropriações de bens; a terceira reflete o que comumente acontecia dentro das organizações contrárias a ditadura civil-militar: a crítica que os próprios membros faziam quanto ao funcionamento delas o que resultava em dissidências, como exemplifica Alves (2022):

[...] Se as críticas feitas pelo grupo da “corrente dois” fizeram com que os seus idealizadores fossem expulsos da AP, era de conhecimento que parte da AP não iria ver com bons olhos essa aproximação da organização com o PCdoB, que podia ser considerada também uma aproximação da guerra revolucionária e da luta armada como forma de combater o regime ditatorial (Alves, 2022, p. 52).

A segunda, as expropriações, também eram práticas comuns dentre as organizações contrárias à ditadura civil-militar brasileira, principalmente entre 1965-1969, período em que essas ações eram mais intensas, o produto dessas apropriações tanto na série como nos eventos reais, era o uso dos valores expropriados com o objetivo de financiar as organizações, pois, necessitavam de mantimentos e armas, a última, quando se referir às organizações que optaram pela luta armada:

Com o déficit financeiro, o MR-8 executou algumas ações de expropriações. Em agosto de 1968, um desfalque de 60 milhões de cruzeiros em um banco, foi atribuído ao militante do MR-8 Mauro Fernando de Souza que trabalhava no Banco Mercantil de Niterói. Com a crescente falta de recursos da organização, em dezembro, é criado o Comando de Expropriações, o qual seria responsável por adquirir recursos para o MR-8. Esses recursos seriam oriundos principalmente de assaltos a bancos no Rio de Janeiro (Alves, 2022, p. 49).

É possível ainda, estabelecer a conexão entre a propaganda feita pelo governo autoritário a partir desses assaltos, servia para escrachar publicamente essas organizações perante o público, como criminosas, subversivas e terroristas, legitimando assim os “excessos” cometidos pela repressão como as torturas institucionalizadas, tópico também abordado na série.

A institucionalização da tortura está presente na série, no enredo a personagem *Bix Caleen*, por conhecer o protagonista Cassian Andor (protagonista), é capturada com o objetivo de ela informar a localização do então fugitivo Cassian Andor, procurado em decorrência do assalto à base imperial. O problema ocorre quando, mesmo conhecendo Cassian por grande parte da sua vida, no momento não sabia onde ele estava, porém, mesmo não tendo posse da informação que os executores do Império procuravam, foi torturada como se soubesse e estivesse omitindo a informação.

A tortura apresentada parece ser comum em interrogatórios, presente em outras produções do mesmo universo, sendo assim, prática comum do exercício Imperial, assim como era dos militares durante a ditadura civil-militar, esta servia com o mesmo objetivo, e também era passível dos mesmos

erros. No caso da tortura institucionalizada, muito dos que foram torturados sequer participavam passivamente das organizações contrárias à ditadura ou sabiam alguma informação, refletindo assim os equívocos da comunidade de informação usada pelos militares, fazendo com que estes, para se livrar do sofrimento, traziam informações que na maioria das vezes não eram verdades.

A tortura institucionalizada — tanto no cenário fictício quanto na história do Brasil — era ensinada por órgãos em que suas atuações eram especificamente relacionadas aos interrogatórios e torturas contra suspeitos de subversão contra o governo ditatorial, esses órgãos contavam não somente com os agentes de campo, mas também com agentes da inteligência, no caso do Brasil, eram gerenciados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), de acordo com Alves (2022):

A ESG, tomando como referência o Manual Básico de Guerra, fica responsável por combater os revolucionários, tomando como um de seus mais importantes instrumentos o Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável por obter informações das organizações contrárias ao regime e apontar os possíveis militantes dentro da chamada comunidade de informações. Os agentes do Estado usavam técnicas de interrogatório para obter informações dos suspeitos de subversão aprendidas através de cursos no Panamá (Alves, 2022, p. 18).

Por último, trago a cena presente no último capítulo da série, na qual mostra o conflito da população contra os militares, que, mesmo claramente em desvantagem contra as forças imperiais, entraram em conflito armado em busca de libertação do sistema que os oprimia, sendo esta a única forma de consegui-la. Esse conflito reflete duas questões importantes sobre aqueles que optaram pela luta armada durante os anos de chumbo no Brasil (1968-1975), sabiam que estavam em desvantagem bélica e militar em relação aos militares do sistema repressivo, e tinham consciência que as formas legais de derrubar o poder estavam escassas, porém, lutavam pelos seus direitos, lutavam pela revolução.

As cenas acima citadas são recortes de cenas dos capítulos da série, que, por questões legais não podem compor o corpo do texto deste trabalho, cabendo ao professor assisti-la e fazer seus próprios recortes, pois há possibilidades de uso da série que não foram citadas, cabendo ao professor identificá-las e levá-las para sala de aula. Durante a observação da obra audiovisual é possível que o professor de história se dê conta de outras possibilidades das quais não foram citadas neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo estabelecer a relação entre nova história, o uso de uma obra audiovisual de ficção em sala de aula e os possíveis usos da série *Andor* (Disney, 2022) em sala de aula como recurso didático para o ensino de história, com o objetivo de trazer representações de como funcionava o sistema repressivo dentro da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Dentre as dificuldades encontradas e citadas no corpo do texto estão a quantidade irrisória de produções que tratam especificamente do uso de ficção dentro do ensino de história, fazendo com que se opte por trabalhos que trataram sobre distopias no uso de história e também de produções que tratem exclusivamente do uso de obras audiovisuais no formato de séries de *streamings*.

Ressalta-se que, a produção acima citada pode e deve ser usada para representar outras questões históricas presentes no seu enredo, assim como o resto do universo criado por George Lucas nos anos 1970, a exemplo dessas representações cito aqui o trabalho de Vírveda e Patricia (2020), que em seu trabalho de conclusão de curso estabeleceu a relação entre a arquitetura imperial de Star Wars e os sistemas totalitários do século XX, trabalho este de grandes possibilidade para o ensino de história em sala de aula.

Conclui-se que há diversas possibilidades no âmbito do ensino de história com o uso de obras audiovisuais, não se limitando a obras de época ou aquelas que retratam com exatidão como os eventos históricos aconteceram. Essas possibilidades devem ser aproveitadas tendo em vista o grande crescimento de produções audiovisuais, possibilidades essas que aumentam quando postas em sala de aula com interdisciplinaridade com outras áreas das ciências humanas ou não.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. A construção de uma didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In: **História**, São Paulo, n. 22 (1), 2003. p.183-193.

ALVES, H.E.S. **Narrativas em Disputa: A luta armada brasileira nas páginas do Orvil e do Combate nas Trevas**. Monografia (Curso de História Licenciatura) – Departamento de História – CECEN, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, p. 58. 2022.

BORGES, Natália Moura. **V de Vingança, Jogos Vorazes e Fahrenheit 451: O uso de distopias no ensino de história**. Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História) –Universidade Federal de Sergipe, 2021.

BURKE, Peter. Teóricos e historiadores. In: BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 1992, p.11-37.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-119.

DE MELO, D. B. Ditadura “Civil-Militar”? Controvérsias Historiográficas Sobre O Processo Político Brasileiro No Pós-1964 E Os Desafios Do Tempo Presente. **Espaço Plural**, [S. l.]v. 13, n. 27, p. 39-53, 2000. Disponível em: <https://revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 13 out. 2023.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Expressão Popular, 1987.

JOFFILY, Mariana. **Aniversários do golpe de 1964**: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 – 251, jan./mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACIELA, Kédson. **O lado histórico da força: possibilidades do uso de elementos do universo Star Wars para o debate de crise na democracia e o totalitarismo no ensino fundamental**. Dissertação (mestrado profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Pará, 2020.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SILVA, C. L. S. (org). **A revolução da VPR**: A Vanguarda Popular Revolucionária. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

SOUZA, Éder Cristiano de. Cinema e audiovisual no ensino de História: questionamentos, abordagens e possibilidades de investigação. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de história e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021, p.308-326.

VÍRSEDA, Calvo. PATRICIA, Sara. **Fisonomia de un imperio: arquitectura totalitaria en Star Wars**. Trabalho de Conclusão de Curso. E.T.S. Arquitectura - Universidad Politécnica de Madrid, 2020.